

SERVIÇO ALTERNATIVO DE PROTEÇÃO ESPECIAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

1. Liste os objetivos e especifique as metas mais importantes do programa, projeto ou prática, por ordem de prioridade.

Objetivo geral:

- Atender provisoriamente a criança e o adolescente, vítimas de violência doméstica, em famílias acolhedoras possibilitando a efetivação de uma política de proteção à família natural, favorecendo o rompimento do ciclo da violência e a desinstitucionalização

Objetivos específicos:

- Criar alternativas mais humanizadas de atenção à criança e ao adolescente através da convivência em famílias acolhedoras, evitando a institucionalização
- Oferecer oportunidades de apropriação de novos modelos de relacionamento familiar proporcionando condições para o rompimento do círculo de violência
- Incluir as famílias natural e extensa em uma rede de proteção pessoal e social, para que possam criar os seus filhos com cuidado e proteção
- Possibilitar a participação comunitária, desenvolvendo a cidadania e o comprometimento com as questões pertinentes a criança e o adolescente

Metas:

- Crianças e Adolescentes:** o abrigo municipal – CMPCA – atende hoje 65 crianças e adolescentes. Nossa meta a curto prazo é atender grupo de irmãos abrigados – 30 crianças e adolescentes em famílias acolhedoras. A médio prazo poder estender aos demais e ser a porta de entrada de crianças e adolescentes que necessitam ser retirados de suas famílias, para atendimento em famílias acolhedoras. A longo prazo mudar o atendimento de abrigos para famílias acolhedoras no município de Campinas, hoje em torno de 550 crianças e adolescentes
 - Famílias naturais:** - oferecer acompanhamento social e psicológico sistemático às famílias das crianças e adolescentes que estão acolhidas e acompanhá-las por mais 5 anos após o retorno à família de origem, evitando a revitimização e estimulando a rede pessoal e de serviços
 - Famílias acolhedoras:** - treinamentos, reuniões mensais; acompanhamento psicossocial sistemático, sempre que estiver com uma criança/adolescente, estendendo-o a todo núcleo familiar, se fizer necessário.
 - Intersetorialidade:** Intensificar a mobilização da rede de serviços do município para o atendimento às crianças, adolescentes e seu grupo familiar. Propor discussões, reflexões e ações na criação de programas que atendam as necessidades das famílias, antes da retirada das crianças de seu meio de origem
- 2. Descreva o funcionamento do programa, projeto ou prática e aponte qual(is) a(s) sua(s) frente(s) de atuação.**
- As ações do programa consistem de:
- Divulgação:** ininterrupta, com afixação de cartazes nos locais de afluência da população, em encontros sociais e religiosos e em meios de comunicação
 - Treinamento:** preparação das famílias candidatas, visando capacitá-las para o entendimento do fenômeno da violência doméstica, do acolhimento provisório das crianças e dos adolescentes e da problemática que envolve suas famílias. Somente ao término do programa é comunicado à família a disponibilização de um salário mínimo por criança acolhida, como ajuda de custo pago pelo CMDCA
 - Atendimento às famílias naturais:** escuta, apoio e orientação através de um trabalho social e psicológico individual e grupal. Co-responsável, com os demais parceiros, na inclusão da família na rede de proteção pessoal e social para que possa oferecer cuidado e proteção aos seus membros
 - Visitas monitoradas:** no programa ou em outros espaços, visando a manutenção dos vínculos familiares, bem como participar da relação familiar existente para observação e orientação
 - Atendimento às famílias acolhedoras:** atendimentos individuais e em grupo com famílias participantes do programa
 - Atendimento psicossocial à criança vitimizada:** individual e em grupo com arte-terapia
 - Atendimento à criança e seu grupo familiar após o retorno à família de origem:** o programa acompanha a família em parceria com a rede de serviços durante cinco anos
 - Encaminhamento ao judiciário – Vara da Infância e da Juventude:** através de relatórios, solicitando mudança de guarda, tutela ou adoção, quando necessário

- Participação** em seminários, palestras, oficinas pedagógicas, artigos em revistas especializadas, programas de rádio e T. V. para disseminação da proposta de acolhimento, visando a possibilidade de mudança na cultura de abrigamento em nosso país e a inclusão efetiva da família na rede de proteção social
- Discussão** com os profissionais parceiros, co-responsáveis no atendimento ao grupo familiar para ampliação no entendimento da problemática e na atuação
- Participação efetiva no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente** na proposição de política que inclui o grupo familiar da criança e do adolescente resultando na articulação das organizações da sociedade civil e universidade na construção da Resolução 06/2001 que dispõe sobre a política de atendimento ao grupo familiar no município de Campinas
- Participação efetiva no Conselho Municipal de Assistência Social** com a eleição direta de uma usuária do programa
- 3. O programa, projeto ou prática faz parte de uma iniciativa, programa ou política mais abrangente (da mesma ou de outra esfera de governo)? Em caso afirmativo, descreva como se dá esta ligação.**
 Sim. O Programa SAPECA compõe o Plano Plurianual da Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Campinas, havendo um intercâmbio de ações com todos os serviços diretamente ligados à criança e ao adolescente. Colabora diretamente nas discussões junto ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, através de suas comissões e do Conselho Municipal de Assistência Social com a participação de um usuário eleito pela sociedade. Suas diretrizes operacionais são realizadas em consonância com a Constituição Federal, Estatuto da Criança e do Adolescente e Lei Orgânica da Assistência Social.

- 4. Identifique o público alvo. Quantos são, no momento, os diretamente beneficiados? Qual é a proporção de homens e de mulheres beneficiados? Que percentual da clientela potencial isto representa? Como é feita a seleção dos beneficiários e como eles participam do programa, projeto ou prática?**

A avaliação *ex-ante* do fenômeno Violência Doméstica contra crianças e adolescentes e do seu atendimento em Campinas revela que há aproximadamente 550 crianças abrigadas atualmente em Campinas, sendo que mais de 90% destas crianças têm famílias.

O número de atendimentos pelo Programa SAPECA, atualmente, é:

- 11 crianças em acolhimento, sendo 7 meninos e 4 meninas
- 21 crianças em acompanhamento após retorno à família natural, sendo 7 meninas e 14 meninos
- 28 famílias naturais e extensas, sendo 28 mulheres e 14 homens
- 09 famílias acolhendo, sendo 5 homens e 7 mulheres
- 06 famílias em treinamento, sendo 6 mulheres e 4 homens
- 22 famílias acolhedoras participantes, 23 mulheres e 12 homens
- 03 crianças que passaram pelo programa, sem acompanhamento atual (outros municípios, estado ou abrigo), sendo 2 meninos e uma menina
- 06 crianças que foram encaminhadas para adoção, sendo 4 meninas e 2 meninos

OBS: Esses números são constantemente alterados. Da primeira fase de apresentação da premiação para a presente data houve alteração. Desde a sua implantação o programa está atendendo crianças de 0 a 6 anos. Encontra-se em fase de implementação a ampliação a grupos de irmãos do Centro Municipal de Proteção à Criança e ao Adolescente – Abrigo Municipal. Esta iniciativa permitirá o atendimento extensivo aos adolescentes.

Seleção dos usuários:

As crianças e adolescentes são encaminhados ao programa pelo Conselho Tutelar, Vara da Infância e da Juventude ou Abrigo Municipal, sendo que os dois últimos comunicam o encaminhamento ao Conselho Tutelar. A seleção das famílias acolhedoras já foi descrita no item 2 – funcionamento do programa.

- 5. Qual é o gasto orçamentário anual do programa, projeto ou prática? Quais as fontes de recursos financeiros (locais, estaduais,, federais, privadas)? Que percentual da receita orçamentária total do nível de governo (estadual, municipal, etc) a dessas fontes? Que percentual da receita orçamentária total do nível de governo (estadual, municipal, etc) a que pertence o órgão responsável pela inscrição, é efetivamente utilizado pelo programa, projeto ou prática?**

Gasto com pessoal	R\$ 167.091,85	Recurso FMMDCA	R\$ 20.000,00
Manutenção geral	R\$ 22.068,00	Recurso Tesouro	R\$ 194.599,85
TOTAL (Tesouro)	R\$ 189.159,85	TOTAL	R\$ 214.599,85
FMMDCA(bolsa auxílio)	R\$ 25.440,00		
TOTAL	R\$ 214.599,85		

Rec.FMMDCA/Total OrçamentoSecretaria	R\$ 1.300.000,00	1,54%
--------------------------------------	------------------	-------

Rec.Tesouro/Total Orcamento Secretaria	R\$ 25.769.958,00	
Rec. Outro Fundo e Vinculados	R\$ 3.710.000,00	0,76%
TOTAL	R\$ 30.779.958,00	0,70%

6. Quantas pessoas estão diretamente envolvidas na operação de seu programa, projeto ou prática? Quantos homens e quantas mulheres realizam funções de direção (ou de tomada de decisões) e quantos realizam funções de execução?

Funções remuneradas pela Prefeitura Municipal de Campinas

Profissional	Número	Sexo	Função
Assistente social	03	Feminino	01 coordenação 02 execução
Psicólogo	01	Feminino	execução
Administrativo	01	Feminino	execução
Motorista	01	Masculino	execução
Aux. limpeza	01	Feminino	execução
Funções não remuneradas – voluntários			
Profissional	Número	Sexo	Função
Arte Terapeuta	01	Feminino	Execução
Médica Homeopata	01	Feminino	Execução
Família apoiadora	01	Feminino	Execução

Famílias acolhedoras

Número	Homens	Mulheres	Crianças Adolescentes
22	12	23	11 fem. 13 masc

7. Indique todas as organizações (públicas e privadas) participantes, descrevendo o papel de cada uma. Explique como estas organizações interagem e de que modo suas ações individuais são coordenadas.

A interação se dá através de discussões e de trabalho conjunto no atendimento direto à população usuária. A inclusão de parceiros acontece sempre procurando estabelecer uma co-responsabilidade no atendimento às necessidades apontadas pelas famílias

O SAPECA é um programa que não caminha isoladamente; depende de intensa mobilização comunitária para poder contar com famílias que se disponham ao acolhimento e com serviços, quer públicos ou privados, que possam dar o suporte para que o acolhimento seja eficiente. Assim a intersectorialidade é um fator sem o qual não é possível a operacionalização do programa.

Organizações Públicas

Organização	Papel
Saúde	Atendimento
Educação	Atendimento
Habitação	Atendimento
Assistência Social	Atendimento
Serviços públicos	Manutenção
Jurídico	Orientação e encaminhamento
Administração Regional	Manutenção
Guarda Municipal	Apoio
IMA	Apoio informática
OAB	Orientação jurídica
Conselho - CMDCA	Recurso financeiro
Conselho tutelar	Discussão e encaminhamento
Vara da Infância e Juventude	Discussão e encaminhamento
Penitenciárias	Discussão e atendimento
Delegacia	Discussão, orientação, atendimento

Organizações Privadas

Organização	Papel
Saúde	Convênios e encaminhamento
Educação	Discussão e encaminhamento
Assistência Social	Discussão e encaminhamento
Empresas da região	Doações
Emissoras de televisão	Parcerias, entrevistas, vídeo institucional
Emissoras de rádio	Parcerias
Agência de publicidade	Jingle, campanha publicitária
Farmácia homeopática	Medicamento
Associação de bairro	Divulgação, espaço para reuniões
estabelecimentos religiosos	
Agência de viagem	Doações
Rotary Clube	Divulgação, doações
Profissionais diversos da sociedade	Discussão de caso, estudo e atendimento

8. Se seu programa, projeto ou prática envolve a participação da comunidade e do público-alvo, descreva como esta participação se concretiza (explique os mecanismos de participação)

O SAPECA, desde sua implantação, conta com os usuários na construção de sua metodologia. Hoje as famílias acolhedoras participam ativamente das discussões e efetivação da rede de proteção à criança e ao adolescente.

Entendemos que o programa faz parte intrínseca de um novo fazer na área social, determinado pela Constituição Federal, ECA, LOAS, provocando e efetivando a parceria do Estado e da Sociedade Civil no enfrentamento dos problemas relativos ao grupo familiar no município.

No último ano ocorreu a primeira participação de usuário na composição do Conselho Municipal de Assistência Social através de eleição direta, seguindo diretrizes traçadas na Conferência Municipal de Assistência Social. As famílias do SAPECA participaram de forma consciente, elegendo seu representante para compor o Conselho no nosso município.

O Conselho Tutelar de Campinas, no presente ano, teve a primeira eleição universal em que participou uma família acolhedora como candidata, que venceu a primeira fase demonstrando seu conhecimento dos direitos da criança e do adolescente, adquirido no cotidiano de suas ações como cidadã comprometida com a causa e participante atuante deste programa.

O Programa SAPECA participará da Conferência Internacional de Famílias Acolhedoras na Argentina em Julho de 2003, onde faz parte como membro efetivo do International Foster Care Organization – IFCCO – com o compromisso de realizar no retorno ao Brasil um seminário socializando os conhecimentos com os profissionais da Região Metropolitana de Campinas, bem como outros municípios parceiros.

9. Quando e como foi originariamente concebido o programa, projeto ou prática? Quais os principais participantes governamentais e não-governamentais neste processo? Houve inspiração em iniciativa(s) anterior(es)? Qual(is)?

A proposta deste programa começou a ser pensada no ano de 1996 por uma equipe de profissionais composta de assistentes sociais e psicólogas vinculadas ao então Departamento de Apoio à Família, Criança e Adolescente, da Secretaria Municipal de Assistência Social, da Prefeitura Municipal de Campinas.

Teve por base as experiências que haviam sido acumuladas no atendimento à criança abrigada e também o trabalho realizado pela SOBEM de São José dos Campos, SP, que desde 1979 vinha desenvolvendo o acolhimento de crianças em famílias.

Foi implantado a partir de junho de 1997, atendendo diretamente aos Arts. 34, 19 e 90, Item III do ECA, ou seja, como programa de proteção, em regime de colocação familiar.

Contou, desde sua implantação, com o apoio do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do então Juiz da Vara da Infância e da Juventude e da Prefeitura Municipal de Campinas, que apesar das mudanças partidárias em sua gestão, sempre viram no SAPECA uma possibilidade de mudança no atendimento à criança e ao adolescente em situação de risco pessoal e social.

10. Identifique as etapas-chave de implementação e como isto evoluiu e se modificou ao longo do tempo. Que mudanças ocorreram desde o início de operação do programa, projeto ou prática?

1a. Etapa: discussão da proposta com os serviços públicos e privados envolvidos com a problemática da criança e do adolescente vitimizados, inclusive para identificação da demanda; apresentação da proposta elaborada à Secretaria

Municipal de Assistência Social; discussão da proposta com o CMDCA para aprovação; inscrição do programa no CMDCA; solicitação ao FMDCA parte dos recursos financeiros para implantação e manutenção do programa; divulgação do programa.

2a. Etapa: inscrição e cadastramento das primeiras famílias substitutas(*); elaboração e treinamento das famílias para o acolhimento; encaminhamento das crianças para as famílias substitutas(termo usado no início); discussão com cada família sobre a criança que ela estava recebendo.

3a. Etapa: atendimento inicial de crianças entre 0 a 6 anos que necessitam de proteção e de acolhimento provisório, dentro da capacidade total do programa. Futuramente estender também o acolhimento para adolescentes, ou mesmo no presente quando se tratar de irmãos, desde que contando com famílias que se disponha acolher mais de uma criança.

4a. Etapa: acompanhamento, por um período de até 5 anos, às crianças que retornaram às suas famílias naturais, podendo aí haver a participação das famílias acolhedoras que foram envolvidas no processo, bem como os programas inseridos em sua rede de proteção.

5a. Etapa: com a evolução do programa pensar-se-á na sua descentralização através das regionais.

Essas etapas foram e continuam sendo seguidas, pois nelas estão contidas o funcionamento do programa. Estamos em constante aperfeiçoamento dos objetivos e de nossas ações, com o fim de melhor desenvolver a proteção à criança vitimizada, pois buscamos incessantemente uma ação humanizada e técnica para o trato com essa criança e adolescente.

(*) OBS: O termo “família substituta” foi modificado para “família acolhedora” após reflexão com as famílias participantes do programa em um consenso de que nenhuma família tem interesse em substituir a outra e sim acolher e participar de sua problemática.

11. Descreva os principais obstáculos enfrentados até o momento. Como se lidou com tais obstáculos? Quais deles ainda persistem?

Até a presente data não trabalhamos com a mudança de guarda da família de origem. O programa quer potencializar a família natural, entendendo que ela esta precisando ser ouvida e cuidada para poder exercer o cuidado e proteção aos seus membros, como determinam os Art. 226 e 227 da Constituição Federal. Com as constantes mudanças dos juízes da Vara da Infância e da Juventude no município, deparamo-nos com frequentes momentos difíceis no entendimento da proposta. Procuramos superar este obstáculo estabelecendo uma comunicação e entendimento desde as ações individuais até as mais complexas, com transparência e comprometimento.

Outros obstáculos são: mudança de mentalidade referente a um atendimento não institucionalizado à criança e ao adolescente; ter como referência o Estatuto da Criança e do Adolescente, livrando-se da prática autoritária baseada no Código de Menores; resgatar ações de solidariedade; vencer o individualismo, o medo e os preconceitos; estabelecendo o compromisso com a criança, o adolescente e seu grupo familiar.

O enfrentamento de tais obstáculos tem sido feito com base em uma visão ampliada (pensar globalmente), com uma forte crença nas pequenas ações (agir localmente).

12. Que mecanismos de avaliação estão sendo utilizados para medir o sucesso do programa, projeto ou prática? Forneça os resultados (quantitativos e qualitativos) do último ano de operação do programa, projeto ou prática?

O processo avaliativo teve início em julho de 1999, com supervisão do LACRI/PU/SP, com duração de um ano, oferecendo o referencial teórico que embasa as ações do programa.

Os resultados quantitativos atingidos pelo Programa SAPECA podem ser resumidos em

11 crianças em acolhimento, 22 crianças em acompanhamento após retorno à família natural, 28 famílias naturais, 22 famílias acolhedoras, sendo 09 famílias acolhendo.

Em termos qualitativos constatamos maior participação das crianças e adolescentes em assuntos e problemáticas do cotidiano, externando afetividade e boa auto-estima.

As famílias naturais apresentam participação no programa com adesão a encaminhamentos e tratamentos. Têm conseguido melhor acesso ao mercado de trabalho, mudança no relacionamento familiar e nos métodos educacionais.

As famílias acolhedoras mostram participação efetiva no programa e em assuntos relacionados à criança e ao adolescente, inclusive com representatividade nos Conselhos e Orçamento Participativo do Município.

Constatamos que parte da sociedade tem apresentado envolvimento para o enfrentamento do fenômeno da violência doméstica com o comprometimento de ações mais humanizadas no atendimento à criança, ao adolescente e seus familiares.

Encontra-se em fase de planejamento a criação de indicadores de resultados mensuráveis.

13. Qual é a mais importante conquista de seu programa, projeto ou prática até o momento (cite apenas uma; aquela que, na sua opinião, é a mais importante)?

Foco na organização familiar como a mais adequada para cuidar de crianças e adolescentes

A colocação familiar para os casos de violência doméstica, cujas crianças precisam ser retiradas de suas famílias, vem dar cumprimento à lei, propiciando espaço para que as duas primeiras ações preconizadas pelo ECA – artigo 90 – “orientação e apoio sócio-familiar” e “apoio sócio-educativo em meio aberto”, além de outros programas que vão ao encontro das necessidades individuais e do grupo familiar possam ser oferecidas às famílias para que estas não percam seus filhos e nem seus filhos o direito de serem criados por suas famílias, desde que de forma protegida.

As ações desenvolvidas no SAPECA procuram devolver o poder para a família desenvolvendo sua autonomia, incluindo-a numa rede de proteção e evitando o abrigamento de crianças – modelo tão questionado atualmente..

Promove ações que tornam possível oferecer à criança e ao adolescente a oportunidade de viver com sua realidade, desenvolvendo e criando junto com sua família natural o “empoderamento” de seu grupo familiar para que possam ser parte de suas próprias soluções.

A família é a primeira e fundamental referência para o desenvolvimento e convivência do ser humano e seus vínculos precisam ser preservados.

A disponibilidade afetiva da família é que oferecerá à criança e ao adolescente a segurança necessária para o seu processo de aprendizagem. É no cotidiano dessas relações que ocorrerão os primeiros ensaios para erros e acertos para sua inclusão na sociedade.

O Programa proporciona uma alternativa para a judicialização, em casos que possam ser resolvidos sem a necessidade de mudança de guarda, de tutela ou de adoção. Dirige muito de sua ação à família natural da criança e do adolescente e, sendo constatadas mudanças na dinâmica familiar, aqui também incluída a família extensa, proporciona o retorno da criança ou do adolescente à sua família, depois do que continuará sendo acompanhada, junto com a rede na qual foi inserida, por mais 5 anos, conforme determinado pelos estudiosos da violência doméstica contra crianças e adolescentes.

14. Em que aspectos seu programa, projeto ou prática inovou em relação a práticas anteriores? Procure explicar bem em que consiste a inovação.

O programa SAPECA faz uso das leis em suas ações protetivas à família, insistindo incansavelmente na articulação da rede pessoal social e de serviços, bem como a participação da sociedade e a responsabilidade do Estado num conjunto articulado de ações. Participa intensamente de ações de caráter preventivo em todos os espaços legitimados e os de caráter formativo com o objetivo de contribuir na mudança cultural ainda presente em nosso país, que retarda a implantação de políticas mais abrangentes e inclusivas.

Sabemos também que para mudar uma cultura instituída, necessitamos de um período significativo, com ações comprometidas e a articulação de programas que possam favorecer a atenção à família, para que ela possa exercer o seu papel. Hoje, após a Constituição Cidadã, sociedade e estado precisam se articular para oferecer à família condições para que possa exercer o seu papel de cuidado e proteção de seus membros. O avanço nas leis não garante mudança nas ações, se estas não forem fortemente embasadas em um compromisso de atender as famílias nas suas reais necessidades.

15. Mesmo que seu programa, projeto ou prática não focalize a questão da pobreza, como você avalia seu impacto sobre essa questão?

Na tese de Márcia Milena Pivatto Serra – “O Brasil das muitas mães: aspectos demográficos da circulação de crianças” IFCH – UNICAMP 2003 entre vários fatores relevantes, destacamos:

“... Com base nesses achados, é pertinente considerar que a circulação de crianças no Brasil está associada à pobreza e é maior nas famílias pertencentes às camadas menos favorecidas da população. Esta constatação não surpreende, mas chama a atenção para uma condição oculta da infância, de há muito enfrontada na tradição social brasileira, em que parte da socialização infantil não é conduzida pelos genitores, mas deixada a cargo de parentes ou não parentes que integram a rede social de relações da família”.

Também no SAPECA constatamos na população atendida um encaminhamento de casos de famílias pertencentes às camadas menos favorecidas da população e é a elas que temos direcionado as ações do programa, principalmente tentando efetivar o direito constitucional aliado ao dever da família de criar os seus filhos e o da sociedade e do Estado em contribuir para que ela possa exercer esse papel. Nenhuma criança poderá ser retirada de sua família por pobreza e a sociedade e o estado precisam exercer o seu papel, para que a criança possa ser criada no seio de sua família.

16. Qual o impacto do programa, projeto ou prática sobre a cidadania? (Mencione aqui aspectos relativos à cidadania que eventualmente não tenham sido mencionados. Inclua aqui também questões relativas a gênero, raça ou etnia).

Novamente queremos citar a tese descrita no item 16:

“... A relação da circulação de crianças com raça/etnia no Brasil é uma característica importante, indicativa dos fatores sociais associados à condição das famílias. Observamos que as crianças (pretas e pardas) parecem circular mais que as brancas”.

O programa reafirma esta constatação, demonstrando atender até o momento crianças pretas ou pardas em maior proporção do que as brancas.

A cidadania se estabelece em todas as ações descritas do programa, pois envolve toda a rede de serviços, participação comunitária, rede pessoal das famílias, protagonismo infantil em uma atenção mais humanizada à criança e ao adolescente como sujeito em condição peculiar de desenvolvimento.

17. Caso seu programa, projeto ou prática já tenha participado do PROGRAMA GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA anteriormente, qual a diferença que ele apresenta este ano em relação ao ano em que se inscreveu pela última vez?

Podemos citar várias diferenças:

- Um maior envolvimento dos serviços do município com a proposta.
- Profissionais mais dispostos para a atenção ao fenômeno da violência doméstica em suas práticas.
- Participação dos profissionais do programa na socialização das experiências adquiridas a outros serviços e municípios.
- Maior participação em programas da mídia, seminários, fóruns de debate, universidades, conselhos e oficinas pedagógicas.
- Implantação de novas ações no programa envolvendo mais a participação das famílias acolhedoras, naturais; crianças, adolescentes e parceiros.
- Maior número de profissionais para a execução das ações.
- Ampliação do programa para atendimento a grupo de irmãos abrigados.

18. Qual é a mais significativa deficiência do programa, projeto ou prática?

A deficiência mais significativa é a falta de um programa efetivo de comunicação, que atinja pessoas e organizações, transmitindo a nova mentalidade que proporcione material humano e recursos (famílias e parceiros) para os propósitos do programa.